

AULA DO EMPODERAMENTO NEGRO
BLACK EMPOWERMENT CLASS
CLASE DE EMPODERAMIENTO NEGRO¹

Maria Eduarda Louise Souza e Pereira

Email: eduarda.louise21@gmail.com

IFSP - Instituto Federal de São Paulo, Campus Avançado em Tupã, SP

INTRODUÇÃO

Entre os anos 2003 e 2004, a Lei de Diretrizes e Bases passa a exigir o ensino sobre africanidades e sobre a autoestima de diversos grupos étnicos. A necessidade de legislar sobre a autoestima de estudantes negros/as é sintomático da força política dos movimentos sociais por reconhecimento e, conseqüentemente, das contradições sociais brasileiras que geram essa demanda. A tradição de livros didáticos na educação brasileira influencia os conteúdos curriculares, sendo assim ele é uma porta de entrada para análise e troca de conhecimentos com docentes das áreas de humanas sobre os temas e a forma como são propostos os conteúdos que atendem o cumprimento do que é previsto pela Legislação nacional sobre Relações étnico-raciais, História e Cultura dos povos africanos e seus descendentes. Aperfeiçoar o ensino-aprendizagem para atender a questão da autoestima do/a aluno/a negro/a na sociedade brasileira exige o olhar generoso de uma abordagem didática responsável em promover o exercício pleno da cidadania republicana garantido pela Constituição Federal. Por isso, uma mediação sociológica entre o universo da cultura negra nas redes sociais e no Rap nacional e o mundo simbólico dos/as docentes da área de humanas deve favorecer o aperfeiçoamento de uma interpretação mais humana da condição da/o aluna/o negra/o na sala de aula no Brasil. Espera-se melhora qualitativa no tratamento da autoestima do/a aluno/a negro/a, especialmente quando se trata da narrativa histórica e analítica da condição dos/as afrodescendentes. Na discussão sobre a globalização.

METODOLOGIA

¹ O trabalho obtém financiamento da Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de São Paulo.

Seguindo cronograma prévio, o conteúdo articulado na fundamentação teórica deverá ser aprofundado e expandido para oferecer questões fundamentais que orientem a coleta e a interpretação dos dados. A discussão teórica permitirá elaborar questionário tabelado para serem assinalados rapidamente por alunos(as) e professores(as) que fazem parte do recorte trabalhado. Espera-se, assim, alcançar dados objetivos e quantitativos sobre gênero, classe social, escolaridade das mães e dos pais, grupo étnico-racial dos grupos de professoras(es) e alunas(os). O questionário destinado aos professores(as) deverá conter questões adicionais sobre tempo de trabalho na educação, sobre haver ou não outra fonte de renda e sobre a graduação em que foi formado(a). Os dados qualitativos devem ser resultados da observação participante da presença do/a aluno/a negro/a no fundamental II da escola pública estadual. Outra fonte, são as entrevistas de discentes e docentes dispostos a dar seu depoimento a respeito do tema.

Espera-se por essa metodologia articular as exigências do que está previsto em Lei, a respeito da questão da autoestima de grupos étnicos com os resultados obtidos tanto da discussão teórica, quanto com os obtidos do teste das hipóteses levantadas na discussão a partir do levantamento quantitativo e qualitativo dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

"Procuramos trabalhar e atender às 'exigências do momento', nas relações humanas e em nossa vocação [a ciência]. Isto, porém, é claro e simples, se cada um de nós encontrar e obedecer ao demônio que controla os cordões de nossa própria vida." (WEBER, 1974, p. 183) Atentando para a sugestão weberiana, tem-se no encontro entre o orientador branco e a orientanda negra trouxe uma das "exigências do momento": superar o racismo sorrateiro que permeia até mesmo o ensino das ciências humanas nas instituições públicas do país. Ao longo de anos de prática docente no ensino médio público, da perspectiva confessa do orientador, nem mesmo a relativamente boa formação da universidade pública impediu o racismo sutil que não dissocia negro/a de escravo/a. Apesar de identificar alguns avanços, ao estudar a produção historiográfica que orienta o ensino sobre a questão negra e a escravidão, Fonseca descobriu que em manuais recentes persiste o que chamou de pedagogia do medo. Trata-se de negar à pessoa negra sua condição de sujeito, reduzindo-o à de objeto a ser domesticado (Fonseca, 2016, p.45). Por isso, é fundamental discutir com docentes das ciências humanas a melhor forma de

ensinar temas relativos a causa negra e à escravidão para garantir o direito humano à dignidade de ser livre às pessoas vítimas de um racismo sutil, estrutural.

A cultura do uso de manuais e de livros didáticos no ensino público brasileiro é sintoma da marginalidade que a educação pública ocupa na agenda política nacional ao longo da história. Desde a década de 30, uma indústria editorial se beneficia dessa compensação à falta de quantidade e de qualidade suficientes na formação de professores/as (FREITAG; COSTA & MOTA, 1989). Apesar da ruptura com editoras francesas, a presença da repartição temporal entre Pré-História, Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea indica a persistência da perspectiva eurocêntrica do processo histórico, em prejuízo da narrativa histórica das milenares culturas africanas. Além disso, quando os/as negros/as entram na história brasileira ou são reduzidos a condição de objeto dos interesses europeus, ou são incluídos numa suposta democracia entre as “três raças fundadoras” (indígena, africana e europeia), ou, ainda, são enquadrados/as num plurarismo étnico que não se relaciona com as desigualdades sociais (FLORES, 2007, pp. 76-80).

Sob a intenção de enfrentar o problema da autoestima da/o aluna/o negra/o na sala de aula e seguindo a professora Santos, relacionamos o conceito do feminismo negro de lugar de fala com o de descolonização. Além desses conceitos, adotaremos o princípio da interseccionalidade, da professora estadunidense, Crenshaw. Segundo esta professora, a interseccionalidade consiste em articular as vias da idade, do lugar de origem e de residência, da forma física e da deficiência com as de etnia, gênero, classe social, status e poder político (Crenshaw, 2004, p. 9). Por seu turno, Djamila Ribeiro, apropriando-se do *feminist standpoint theory* (teoria do ponto de vista feminino) de Patricia Hill Collins, diz que é preciso situar o lugar de fala da mulher negra. E isso, não como mero depoimento de uma experiência particular, mas como situações históricas comuns a determinado grupo, classe, gênero, idade, espaço geográfico (Ribeiro, 2017).

Sobre o conceito de descolonização, o argentino semiólogo, Walter Mignolo, afirma ser fundamental diferenciar “política de identidade” de “identidade em política”. Trata-se de compreender a primeira em favor da segunda. De outra forma, trata-se de saber como a construção da identidade do homem europeu, branco, heterossexual pretende controlar as demais (autênticas, porque originárias) como se ela fosse a aparência “natural” do mundo. Essa política se camufla por meio de conceitos abstratos como ciência, cristianismo, liberalismo, marxismo, etc. A essa política imperial de

identidades deve se opor uma rebeldia epistemológica, uma descolonização contra a ideia de que os países eurocêntricos (centrais ao sistema capitalista) sejam o núcleo da razão da história e os demais povos sejam somente sua periferia objetificada (MIGNOLO, 2008, p. 290). É como se a razão só frutificasse em terras cristãs de índole europeia.

Para praticar a rebeldia epistemológica proposta por Mignolo, temos no psicopedagogo Yves De La Taille um guia. Para este autor, existe a necessidade de se cultivar a ética por meio do aprendizado a partir do conceito de vergonha. Assim, ele se posiciona no prisma da psicologia moral, dentre as explicações sociológicas, filosóficas e psicológicas que versam sobre o dever como obediência e o dever como autonomia. Dessa discussão, ele resolve pensar a ética a partir do amor de si, do amor próprio ou da autoestima, poderíamos arriscar.

"O que eu fiz?"[grifo em EU] é a pergunta de quem se sente culpado. 'O que eu fiz?'[grifo em FIZ], a do envergonhado. É claro que a vergonha pode ser desencadeada por ações, mas mesmo nesse caso é o Eu que está sub judice, assim como quando se experimenta a vergonha em razão de estados (ser pobre, por exemplo). Em todos os casos, é o Eu que é desvalorizado, e a pergunta do envergonhado é 'quem sou eu?' Vê-se que é o amor próprio que está em jogo na vergonha." (LA TAILLE, 2007, p. 25)

Têm-se a vergonha derivada da preocupação com a boa imagem. Preserva-se a boa imagem ou com remorso de um mal feito (retrospecção), ou com a preocupação de não fazer um mal feito posteriormente (prospecção). Em outras palavras, a preocupação ética se combina com a estética na orientação das boas práticas para preservar a boa aparência pessoal e social, em seus devidos contextos. O eu que se ama também se preocupa com ser amado. De modo mais imbricado temos: "O reconhecimento da autoconsciência consiste em que cada um é para o outro o mesmo que ele próprio é, sabe ser o mesmo para o outro, e, assim, intui-se a si mesmo no que dele é diferente." (HEGEL, 2018, p. 98) Aproveitamos essa síntese hegeliana para deduzir um princípio: o eu autoconsciente (ou autônomo, maduro) intui a si mesmo no outro, mas sem se confundir com ele. Dessa forma, trabalhando a autoestima pelo viés da vergonha, apostamos que a devida apropriação dos conceitos de lugar de fala, de interseccionalidade e do de descolonização (ou rebeldia epistemológica) contribuirá com um bom encontro entre o/a

professor/a capacitado/a e o discente negro/a numa aula em que a luta pela dignidade humana prevaleça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sofrendo todos os percalços de uma iniciação científica no ensino médio público integral e integrado, até o momento, o projeto consegue apenas deslindar a hipótese sugerida ao fim das discussões bibliográficas: a de que a articulação dos conceitos escolhidos para a análise (lugar de fala, interseccionalidade e descolonização - ou rebeldia epistemológica) parece útil para indicar um encontro mais qualificado entre docente e discente negro/a, no sentido de estimular a autoestima de grupos étnicos excluídos dos padrões predominantes.

Espera-se que os dados obtidos na recolha de informações quantitativas e qualitativas indique o modo como as contradições entre gênero, etnia/cor, classe social, escolaridade, etc. indicam a especificidade do contexto local em que elas ocorrem, bem como traços comuns com o previsto em discussão bibliográfica. Articular os resultados da pesquisa bibliográfica com a qualitativa/quantitativa será ferramenta fundamental para por à prova o sentimento de vergonha ante as condições em que se dá o encontro entre docente e discente negro/a no momento em que se discute questões relativas à cor da pele.

REFERÊNCIAS

- CRENSHAW, Kimberle W. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem.
- DJAMILA, Ribeiro. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- FONSECA, Marcus Vinícius. A população negra no ensino e na pesquisa em história da educação no Brasil. IN: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO BRASIL. Niterói: EdUFF, 2016.
- FLORES, Hélio Chaves. Etnicidade e o Ensino de História: a matriz cultural africana. IN: Tempo, nº 21, ano 6. Niterói: UFF, 2007.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAG, Bárbara; COSTA, Wanderley da; MOTTA, Valéria Rodrigues. O livro didático em questão. São Paulo: Global, 1989.

HEGEL, Georg W. F. Propedêutica filosófica. Lisboa: Edições 70, 2018

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

LA TAILLE, Yves de. Desenvolvimento humano: contribuições da psicologia moral. PSICOLOGIA USP, v. 18, n. 1, p. 11-36, 2007. Disponível em:

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. IN: CADERNOS DE LETRAS DA UFF - Dossiê: literatura, língua e identidade, n° 34, 2008.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonidade e a contribuição da crítica feminista à ciência. IN: PSICOLOGIA&SOCIEDADE, 30, e200112, 2018.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.